

Incidentes peirceanos: a lógica do constante jogo das abduções ¹

Humberto Ivan Keske ²

RESUMO

Entendendo a interpretação textual como um constante *jogo inferencial*, para o qual concorrem determinadas estratégias de leitura em detrimento de outras, o presente texto repensa os processos de construção de sentido tendo a abdução como pretexto para o estudo do método investigativo/interpretativo proposto por Peirce (2003). Tais decisões textuais, tomadas pelo leitor, abastecem-se em uma determinada competência enciclopédica, no dizer de Umberto Eco (1986), que estabelecerá relações entre uma observação primeira, indicial, e um possível “destino” interpretativo.

Palavras-chaves:

Comunicação; semiótica; abdução; interpretação; sentido.

ABSTRACT:

Understanding the textual interpretation as a constant game inferential, for which certain competing strategies of reading over others, this text think the processes of construction of meaning and the abduction as a pretext for the study of the method investigative / interpretative proposed by Peirce (2003). Such textual decisions, taken by the reader, supply is encyclopedic in a given jurisdiction, in the words of Umberto Eco (1986), establishing a relationship between the first observation, indicial, and a possible "destination" interpretative.

KEYWORDS:

Communication; semiotics; abduction; interpretation; meaning.

¹ Texto apresentado ao Grupo de Trabalho intitulado Cultura e Práticas Significantes – IX Seminário Internacional de Comunicação – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS – Porto Alegre – outubro de 2007.

² Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social – FAMECOS – PUCRS e Professor de Graduação e Pós-Graduação e Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Cultura – Centro Universitário FEEVALE– Novo Hamburgo – RS. E-mail: humberto@feevale.br

Introdução

Roland Barthes (2004) entende *incidente*, em sua etimologia, como “aquilo que cai sobre alguma coisa”. Algo como “o constrangimento do *não-comentário*. Extrema dificuldade (ou coragem): não dar o sentido, um sentido; privada de todo o comentário, a futilidade do incidente se põe a nu. E assumir a futilidade é quase heróico”. (BARTHES, 2004: VII). *Incidente*, para o autor, traz em si a tentativa da escrita para se apossar do imediato, do passageiro, do inevitável. Trata-se de um *instante* de *interpretação*, em que só há tempo para os olhares fugidios, para as instantaneidades, para as observações primeiras. “São minitextos, encartes, haicais, anotações, jogos de sentidos, tudo aquilo que cai, como uma folha” (BARTHES, 2004: IX), onde o próprio tecido contínuo da narrativa ainda não foi concluído.

Para Umberto Eco (2001), o que caracteriza um texto é o fato de ser feito e refeito pelo leitor a todo momento e, por tal particularidade, o compara a um *bosque interpretativo*³, onde o leitor é obrigado a optar o tempo todo, quer através das sugestões do autor; quer através das instruções textuais. A todo instante o texto exige do leitor determinadas decisões. Grande é a infinidade de percursos interpretativos que se apresentam e que permitem serem percorridos. Os mais incautos podem, inclusive, perder-se nas idas e vindas, nas indecisões, nos calabouços, nas passagens estreitas, nos túneis escuros, nas armadilhas. Em ambas as situações, *incidentes* e *interpretativos*, existe a idéia de um processo em formação, de *movimento textual*, de sentidos que vão sendo (re)significados a cada instante, de atualizações.

A partir de tais perspectivas, todo o texto, entendido enquanto *tessitura* de fios, pontos e nós de sentido, transforma-se em um *constante jogo inferencial*, abastecido, no dizer de Umberto Eco (1986), em determinada *competência enciclopédica*⁴, que

³ Umberto Eco (2001) nos diz que um “bosque é uma metáfora para um texto narrativo, não só para os textos dos contos de fadas, mas para qualquer texto narrativo”. (ECO, 2001: 12). Segundo ele, “um bosque é um jardim de caminhos que se bifurcam. Mesmo quando não existem num bosque trilhas bem definidas, todos podem traçar sua própria trilha, decidindo ir para a esquerda ou para a direita de determinada árvore e, a cada árvore que encontrar, optando por esta ou aquela direção”. (ECO, 2001: 12).

⁴ Umberto Eco (1986) entende a competência enciclopédica como uma *competência plural*, constituída pela convergência de inúmeros fatores cognoscentes associados entre si e necessários para a decodificação dos diferentes sistemas intertextuais que envolvem o processo comunicativo. Está presente como articuladora e mediadora entre os dois pólos da relação comunicacional, armazenada culturalmente sob a forma, justamente, de um *conhecimento enciclopédico*. Longe de produzir uma transmissão da informação de sentido unívoco, a heterogeneidade de fatores envolvidos no entendimento entre emissores e receptores traz à tona complexos *jogos*

estabelecerá relações entre uma observação primeira, indicial, e um possível “destino” interpretativo, tendo como transcurso ou caminho a ser percorrido determinadas instâncias metodológicas de conhecimento, nomeadas por Peirce (2003) como *indução*, *dedução* e *abdução*. Dessas três, vamos nos deter, principalmente, no jogo das possibilidades *abduativas* e, conseqüentemente *interpretativas*, que envolvem o processo/estratégia de leitura textual, conforme proposto por Umberto Eco em diversos momentos de sua obra. Já em Peirce, o processo abduativo aparecerá em *The collected papers of Charles Sanders Peirce*, traduzido para a língua portuguesa sob o título *Semiótica* (2003), entre outros textos consultados.

Peirce e o mistério da Trindade

A partir de 1857, Peirce (1839-1914) preocupava-se com a organização de um propósito filosófico-analítico geral capaz de compreender as estruturas de conhecimento, ou em outras palavras, os fenômenos de produção de conhecimento existentes no mundo. As tricotomias eram-lhe bastante interessantes, uma vez que já estavam presentes desde o surgimento do cristianismo, localizando-se na passagem de um unitarismo, o Deus-Pai, para um trinitarismo, desdobrando-se em Deus-Filho e Deus-Espírito Santo. Em Kant (1724-1804) já estavam presentes e, posteriormente em Hegel (1770-1831) referindo-se à tese/antítese/síntese. Schiller (1759-1805), por sua vez, também estabeleceu um “trio” de “impulsos” fundamentais, posteriormente denominados por Freud (1856-1939), a partir, é claro, de uma outra matriz de conhecimento, de Ego, Id e Superego, “constituindo-se no conceito-chave da psicopatologia – notavelmente encontrando eco na estrutura generativa da *semiosis* de Peirce”. (ECO, 1991: 6).

Nesta mesma direção teórica, e a partir de leituras anteriores, Peirce estabelecia sua própria tríade de “categorias universais” de conhecimento, chamados de *I*, *It* e *Thou*. Ou seja,

o mais básico de suas categorias triádicas ontológicas foi o sistema pronominal de *It* – o mundo material dos sentidos, objetivo final da cosmologia; *Thou* – o mundo da mente,

interpretativos, que ora se antagonizam, ora se complementam, ora se harmonizam na produção de uma determinada significação.

objeto da psicologia e da neurologia; e *I* – o mundo abstrato, assunto da esfera da teologia. (ECO, 1991: 4).

Dito de outro modo, tais tricotomias peircianas se tornariam mais conhecidas, no decorrer do tempo, por primariedade, secundidade e terceiridade, que originaram outras tantas subdivisões triádicas, que incluíam signo, objeto e interpretante; ícone, índice e símbolo; qualidade, reação e representação e, finalmente, dedução, indução e abdução. As combinações das trindades peircianas são extremamente complexas e extensas, buscando nas dízimas periódicas da lógica matemática uma constante interpretativa de repetição potencialmente infinita. Seduzido pelos tercetos, Peirce estabeleceu uma relação combinatória triangular, na qual as três relações entre os termos formam as assim chamadas estruturas em “T”, ou seja, um número qualquer, no caso o número 1, pode combinar com 2 e 3; 1 pode combinar com 3 e 2 e, finalmente, 2 pode combinar com 3 e com 1.

Do mesmo modo que as possíveis combinações entre os três primeiros números naturais complementam-se, cada uma das três “pessoas elementares” primariedade, secundidade e terceiridade podem assumir a essência de uma das outras duas, ou seja, conforme veremos, uma *dedução* pode conter determinados elementos presentes em uma *abdução*, ou, por outro lado, um *índice* já pode apresentar características *simbólicas*. “Embora cada um não possa ser expresso em termos do outro, eles, ainda assim, mantêm uma relação entre si, sendo que *TROU* é um *IT*, no qual há um outro *I*. *I* parece interior, *IT* parece exterior, *THOU* coexiste”. (ECO, 1991: 8).

Eco (1991) esclarece, a partir de Peirce, que cada argumento (dedução, indução e abdução) manifesta-se como um silogismo, sendo ele mesmo um signo “cujo interpretante representa seu objeto como sendo um signo ulterior através de uma lei, ou seja, a lei segundo a qual a passagem de tais premissas a tal conclusão tende à verdade”. (ECO, 1991: 9). Em outras palavras, comenta que “na medida em que o Objeto e o Interpretante de qualquer signo são ambos, forçosamente, signos ulteriores, não é de surpreender que Peirce tenha chegado a afirmar ‘que todo o Universo está polvilhado de signos, e a especular ‘se ele não estaria composto exclusivamente por signos’” (ECO, 1991: 10). Em termos abduativos, é justamente essa *associação de idéias gerais* que permitirá a inclusão de *inferências criativas* necessárias a todo método investigativo/interpretativo da descoberta. Inclusive, Peirce entende a abdução justamente como uma “lei da liberdade”, ou *uberdade*,

no sentido próprio de uma “fartura” ou “abundância” de idéias a serem livremente associadas, de forma criativa, na obtenção/conclusão/estabelecimento de um determinado resultado. Sua proposta de método investigativo/interpretativo de conhecimento lógico é aquele que dá lugar à *liberdade de raciocínio*, alguma espécie de “lei da criatividade”, que levará em conta fatores/elementos não necessariamente lógicos inseridos no processo de articulação de idéias e, conseqüentemente, de interpretação de um determinado texto.

Dos mil feijões aos três tipos de raciocínio lógico

Ao refletir sobre os processos de estruturação do pensamento, analisado em termos de linguagem, Peirce estabelece três formas ou abordagens distintas e sistematizadas de se conhecer/interpretar um determinado fenômeno. São elas: dedução, indução e abdução. Eco referenda o famoso exemplo do saco de feijões empregado por Peirce⁵, em 1878, para explicar esses três tipos de raciocínio. Para Peirce, cada elemento subsequente envolve o princípio do primeiro elemento, no caso, a dedução. Ou seja, no exemplo do autor, estamos sempre diante do argumento ou prognóstico que nos informa que “todos os feijões de um certo saco são brancos”, premissa básica e essencial para se levar adiante o processo inferencial/interpretativo que nos apontará para um determinado resultado. A partir desse aporte, a indução e a abdução, principalmente, apresentarão outros elementos que serão acrescentados daquela premissa básica.

Assim sendo, dos três tipos de raciocínio lógico apresentados por Peirce, a dedução se caracteriza por uma *inferência necessária*, que mostrará de que forma, a partir de uma determinada *regra* (todos os feijões deste saco são brancos), se estabelece um *caso* (estes feijões provêm deste saco), obtendo-se um determinado *resultado* (estes feijões são brancos), considerado “irrefutável” enquanto fenômeno lógico. A dedução parte de certas hipóteses (premissas) e retira delas o que nelas se encontra implicitamente suposto, a saber,

⁵ Muito empregado por Umberto Eco para exemplificar a formação de um dado raciocínio lógico e, conseqüentemente, possibilitar a construção de um método semiótico de análise, local privilegiado onde justamente a abdução regulará todo tipo de conhecimento, segundo o próprio autor, encontramos o referido exemplo do saco de feijões tanto em *O signo de três* (1991: 09), em parceria com outro grande semioticista Thomas Sebeok, quanto em *Sobre os espelhos* (1989: 159 e ss.), bem como em *Os limites da interpretação* (2000: p. 198 e ss.)

a conclusão, ou, em termos de “feijão”, o resultado. Eco (1989) explica a dedução da seguinte forma:

Suponhamos que sobre esta mesa eu tenha um saco cheio de feijões brancos. Eu sei que está cheio de feijões brancos (suponhamos que eu tenha comprado numa loja saquinhos de feijão branco e que eu confie no vendedor): portanto, eu posso afirmar como Lei que “todos os feijões deste saco são brancos”. Uma vez que conheço a Lei, produzo um Caso; pego às cegas um punhado de feijões do saquinho (às cegas: não é necessariamente que os veja) e posso predizer o Resultado: “Os feijões que estão na minha mão são brancos”. A Dedução de uma Lei (verdadeira), através de um Caso, prediz com absoluta certeza um Resultado. (ECO, 1989: 160).

Assim sendo, parte-se de um estado de coisas hipotético, que definimos em termos abstratos (estabelecemos que “todos” aqueles feijões são brancos e isso representa uma construção hipotética de raciocínio), e chegamos às evidências que nos levam a estabelecer que os feijões que observo, agora sim em termos materiais e não mais abstrato-hipotéticos, são brancos. Em um processo dedutivo, terminamos por adequar “nossas” premissas (hipotéticas) às possibilidades materiais do fenômeno que observamos.

O método indutivo, por sua vez, nos permite verificar uma determinada teoria mediante sua experimentação. Parte, enquanto processo lógico-analítico, de uma inferência, passível, entretanto, de ser experimentada e, por conseguinte, comprovada. Já conhecemos, de antemão (caso) que certos feijões provêm “deste” saco; e de nenhum outro. De posse deste conhecimento, obtemos como resultado que os feijões observados (fenômeno material, facilmente comprovável em relação aos feijões do exemplo), são mesmo brancos. O estabelecimento da *regra*, entendida enquanto “teoria geral”, é de que “todos os feijões deste saco, e de nenhum outro saco, são brancos”. Segundo Peirce, “a indução consiste em partir de uma teoria, dela deduzir predições de fenômenos a fim de ver quão de perto concordam com a teoria” (FIDALGO, 1998: 54). Nas palavras de Eco (1989):

Tenho um saquinho e não sei o que contém. Coloco a mão dentro dele, tiro um punhado de feijões e observo que são todos brancos. Coloco de novo a mão, e de novo são feijões brancos. Continuo por um número x de vezes (quantas sejam, às vezes, depende do tempo que eu tenho, ou do dinheiro que recebi da Fundação Ford para estabelecer uma lei científica a respeito dos feijões do saco). Depois de um número suficiente de provas, faço o seguinte raciocínio: todos os Resultados das minhas provas dão um punhado de feijões brancos. Posso fazer a razoável inferência de que todos esses resultados são *Casos* da mesma Lei, isto é, que todos os feijões do saco são brancos. De uma série de Resultados, inferindo que sejam Casos de uma mesma Lei, chego à formulação indutiva dessa Lei (provável). Como já dissemos, basta que numa última prova aconteça que um só dos feijões

que tiro do saco seja preto para que todo o meu esforço indutivo se dissipe no nada. Eis o porquê da desconfiança dos epistemólogos em relação à Indução. (ECO, 1989: 160).

Diferenciando-se dos métodos de raciocínio anteriores, a abdução se caracteriza pela formação de novas hipóteses explicativas para um dado fenômeno, não necessariamente material, como no exemplo dos feijões. Dos três tipos de raciocínio proposto por Peirce, a abdução transforma-se, deste modo, no único capaz de produzir/construir novos conhecimentos utilizando-se das premissas da *dedução* e das teorias supostas ou confirmadas pela *indução*. Inclusive, entende a abdução como “esse singular instinto de suposição, ou de inclinação para cogitar uma hipótese”. (ECO, 1991: 19). Em uma abdução, temos de nos preparar para o estabelecimento de um resultado no mínimo curioso e inexplicável.

Terminando com os feijões do saco, de uma determinada *regra* inferimos certo resultado (estes feijões são brancos, mas no saco poderá haver feijões que necessariamente não sejam brancos; ainda que sejam feijões) e um *possível* caso (“estes” – e somente “estes” feijões provêm deste saco – os demais feijões, que, se existem, não os conhecemos e poderão vir de sacos diferentes). Para nos atermos ao exemplo do saco de feijões proposto por Peirce, sigamos com Eco:

Há um saquinho sobre a mesa e, ao lado, sempre sobre a mesa, um grupo de feijões brancos. Não sei como estão ali, ou quem os colocou, nem de onde vêm. Consideremos este resultado um caso curioso. Agora eu deveria encontrar uma Lei tal que, se fosse verdadeira, e se o Resultado fosse considerado um Caso daquela Lei, o Resultado não seria mais curioso, mas sim, razoabilíssimo. Neste ponto eu faço uma conjectura: teorizo a Lei pela qual aquele saco contém feijões e todos os feijões daquele saco são brancos e tento considerar o resultado que tenho diante dos meus olhos como um Caso daquela Lei. Se todos os feijões do saquinho são brancos e esses feijões vêm daquele saco, é natural que os feijões da mesa sejam brancos. (ECO, 1989: 160).

O próprio Peirce observa que o raciocínio por abdução é típico de todas as descobertas científicas “revolucionárias”, uma vez que existe a possibilidade de se encontrar uma Lei geral no mínimo curiosa e absolutamente diferente das “comprovações” anteriormente testadas. Ainda devemos levar em consideração, entre tantas outras possibilidades interpretativas, a proposição que questiona o porquê de se relacionar àqueles feijões com o saquinho que está em cima da mesa, uma vez que poderiam ter vindo de uma gaveta, ou, talvez, colocados ali por alguém que depois se retirara.

Se eu concentro a minha atenção no *saquinho* (e por que justamente naquele saquinho?) é porque na minha mente delinea-se uma espécie de “plausibilidade”, do tipo “é lógico que feijões provenham de saquinhos”. Mas não há nada que me garanta que a minha hipótese é correta. (ECO, 1989: 162).

Como se percebe, a abdução, ao contrário dos métodos de raciocínio anteriores, “mostra”, em termos lógicos, que um determinado resultado (conclusão) *pode ser e pode não ser* aquele esperado/desejado. Ou seja, traz, para dentro do método investigativo/interpretativo, a “irrefutável” “prova” da *possibilidade* não-lógica dentro da própria lógica. “Em resumo, uma abdução nos permite formular um prognóstico geral, mas sem garantia de um resultado bem-sucedido; ao mesmo tempo, a abdução, enquanto um método de prognosticação oferece a ‘única esperança possível de regular racionalmente nossa conduta futura’”⁶. (ECO, 1991: 09).

Normalmente associada aos processos criativos de ordem estética, artística ou de criação literária, a abdução trabalha com a noção da *imprevisibilidade* que perpassa todo o processo de aquisição de conhecimento e, por conseguinte, de interpretação desse conhecimento. Sobre isso, inclusive, Eco (1989) comenta que “há alguma coisa de artístico na descoberta científica e há alguma coisa de científico no que os ingênuos chamam de ‘geniais intuições do artista’. O que existe em comum é a felicidade da Abdução”. (ECO, 1989: 162). O próprio Peirce, por sua vez, associa a *abdução* ao *instinto*, percebendo que o homem tem uma faculdade especial de elaborar hipóteses explicativas a partir de uma espécie de “introvisão” ou *insight* da natureza:

Seja como for que o homem tenha adquirido sua faculdade de adivinhar os caminhos da Natureza, certamente não o foi através de uma lógica crítica e autocontrolada. Mesmo agora ele não consegue dar uma razão precisa para as suas melhores conjecturas. Parece-me que a formulação mais clara que podemos fazer a respeito da situação lógica – a mais livre de toda a mescla questionável de elementos – consiste em dizer que o homem tem certa Introvisão (Insight), suficientemente forte para que esteja, na esmagadora maioria das vezes, com mais frequência certo do que errado, uma Introvisão da Terceiridade, os elementos gerais, da Natureza. Denomino-o de Introvisão porque é preciso relacioná-la com a mesma classe geral de operações a que pertencem os Juízos Perceptivos. Esta Faculdade pertence, ao mesmo tempo, à natureza geral do Instinto, assemelhando-se aos instintos dos animais, na medida em que estes ultrapassam os poderes gerais de nossa razão e pelo fato de nos dirigir

⁶ A nosso ver, conduta futura é utilizado por Umberto Eco (1991: 09) como sendo uma possibilidade inferencial a ser confirmada ou não no decorrer de um determinado processo investigativo.

como se possuíssemos fatos situados inteiramente além do alcance de nossos sentidos. (PEIRCE, 2003: 221).

Em outra passagem, a abdução ou *retrodução*, como às vezes denomina, para Peirce se transforma em uma saborosa “salada peculiar ... cujos elementos-chave estão em sua falta de fundamento, sua ubiqüidade e sua confiabilidade”. (ECO, 1991: 20). Ao olhar pela janela de sua casa, Peirce traz o exemplo de uma azálea repleta de flores, afirmando que o que entramos em contato não é meramente a *imagem* de uma azálea, ainda que essa seja a única maneira de que possuímos para descrever esse fato, mas sim, um emaranhado de discursos, proposições, sentenças ou fatos que falam de azáleas, e que surgiram a partir da observação da azálea, que tornamos parcialmente inteligíveis a partir da enunciação do fato de termos visto uma azálea.

Essa enunciação é abstrata; o que vejo, porém, é concreto. Realizo uma abdução quando procuro expressar em uma sentença algo que vejo. A verdade é que todo o edifício de nosso conhecimento é uma estrutura emaranhada de puras hipóteses, confirmadas e refinadas pela indução. O conhecimento não pode avançar nem um pouco além do estágio do olhar que observa despreocupadamente se não se fizer, a cada passo, uma abdução. (ECO, 1991: 20).

Nesta perspectiva, a formação de novos saberes, sejam essas estruturas sociais, culturais ou até mesmo físicas, depende, além do acesso a uma determinada *enciclopédia* de conhecimento, no dizer de Eco (1986), de uma *constante formação* de novas hipóteses/abduções. Seriam conhecimentos prévios que partiriam de uma “anomalia inesperada” (o desconhecimento de uma determinada substância, fato, processo, por exemplo) chegando a um conjunto de premissas que se completariam, do qual uma grande parte dessas premissas já foi aceita durante o processo de construção do raciocínio, caso contrário, teríamos um processo de conhecimento cujas variáveis em curso se propagariam em escala infinita.

Se todo conhecimento depende da formação de uma hipótese, no entanto, ‘parece, a princípio, não haver nenhum espaço para a questão de como isso de sustentaria, uma vez que, de um fato real, apenas se infere um *pode ser (pode ser e pode não ser)*. Há, porém, uma decisiva inclinação para o lado afirmativo e a frequência com que isso resulta ser um fato verdadeiro é ... Quase o mais surpreendente dos prodígios do universo’. Comparando nossa capacidade de abdução com ‘os poderes musicais e aeronáuticos de um pássaro, isto é, aquela está para nós como aqueles estão para este: o mais elevado de nossos poderes meramente instintivos’. Peirce nota que a ‘retrodução se funda na confiança de que não há suficiente afinidade entre a mente do raciocinador e a natureza para tornar a suposição algo

afiançável, uma vez que cada suposição é confrontada com a observação através da comparação' ” (ECO, 1991: 20).

Deste modo, o estabelecimento de abduções se caracteriza, sobretudo, pela formação de um conjunto de *possibilidades interpretativas em constante combinação*. Peirce, inclusive, se refere a esta peculiaridade do ser humano em estabelecer novas conjecturas a partir de fatos ou fenômenos desconhecidos de “um meio de comunicação entre o homem e seu Criador, um ‘privilégio divino’ que deve ser cultivado”. (ECO, 1991: 21). Em outras palavras, também denomina o processo abduutivo uma espécie de “doutrina das possibilidades”, uma vez que os diferentes elementos de uma hipótese estão em nossa mente antes mesmo de nos darmos conta disso, e, a partir de combinações desconexas e sem uma ordem preestabelecida, reunimos elementos nunca antes pensados, criando, assim, novas possibilidades combinatórias de elementos ou dados interpretativos. A abdução, ou ‘o primeiro degrau do raciocínio científico’, bem como o ‘único tipo de argumento que inicia uma nova idéia’, é um instinto que confia na percepção inconsciente das conexões entre os aspectos do mundo, ou usando um outro conjunto de termos, é a comunicação subliminar das mensagens” (ECO, 1991, 23).

Conclusão: das observações primeiras aos possíveis destinos interpretativos

Ao refletirmos sobre o processo de interpretação textual, entendido como um *constante exercício de abduções*, para o qual concorrem determinadas estratégias/inferências de leitura, em detrimento de outras, terminamos por trabalhar com a ampliação de uma idéia de *texto* trazida por Umberto Eco (1984). De um grande *tecido intertextual* de significação, composto por uma série de fragmentos, códigos e linguagens, provenientes de outros textos, em que as várias linguagens se articulam, se interpenetram, colidem, passamos para uma idéia de *texto* enquanto *constante jogo inferencial*, espaço destinado ao surgimento das *virtualidades de sentido* de um determinado percurso interpretativo, que serão confirmadas ou não pelo leitor no decorrer do processo de leitura, entendida aqui de forma ampla. As virtualidades de sentido são associadas às *inferências possíveis* previstas dentro de um contexto específico, no qual o leitor atualiza uma série de propriedades referentes às possíveis ações que se realizarão, a

partir de uma determinada seleção, ou um curso de eventos. Correspondem a certos elementos de que a enciclopédia do leitor dispõe e são requeridas pelo próprio texto.

Por isso, pode-se afirmar que todo texto deixa conteúdos em estado virtual, esperando-se que sua atualização definitiva se dê no *trabalho cooperativo do leitor*. Este é um dos aspectos mais importantes a serem observados em um processo abduutivo/interpretativo, uma vez que é ele, *o leitor*, quem deve cooperar adequadamente para uma compreensão textual “feliz”. Ou seja, “a compreensão textual é amplamente dominada pela aplicação de encenações pertinentes, da mesma forma como as hipóteses textuais destinadas ao insucesso dependem da aplicação de encenações erradas e ‘infelizes’” (ECO, 1986: 64).

Todo processo abduutivo/interpretativo, valendo-se de uma determinada seleção de inferências ou hipóteses, “obedece” a certos procedimentos sistemáticos, que vão de uma observação primeira, indicial, até um possível “destino” interpretativo, compondo uma intrincada trama de *possibilidades abdutivas*. Não se trata, propriamente, de *regras específicas* a serem seguidas; até porque em um bosque interpretativo algumas trilhas não são bem definidas, conduzindo o leitor a seguir as pegadas deixadas por outros, mas sim, de etapas ou instâncias interpretativas.

Comparando o método investigativo de Sherlock Holmes, personagem detetivesco imortalizado nas crônicas de Arthur Conan Doyle, com a metodologia abdutiva trabalhada por Charles Sanders Peirce, principalmente em seu *Collected papers*, Umberto Eco (1991) percebeu que ambas as investigações enquanto processos de produção de conhecimento e, portanto, de sentido, seguiam basicamente os mesmos passos conjecturais ou de inferências lógicas. Ou seja, primeiramente, um método investigativo começa com a *observação*, etapa na qual são articulados os dados extratextuais que o leitor já possui depositados em sua enciclopédia de base.

Em uma segunda etapa, o leitor/observador parte para a construção de hipóteses ou inferências gerais, surgidas a partir da observação de um determinado fenômeno e aproximadas, por comparação, aos fatos por ele conhecidos e que lhe são familiares. Eco (1998) comenta essa etapa trazendo o exemplo de Marco Polo que, ao chegar à ilha de Java e desconhecendo completamente os rinocerontes que observava, os aproximava, por analogia, aos animais já conhecidos, distinguindo-lhes o corpo robusto, as quatro patas e o

chifre. Assim sendo, a cultura armazenada na enciclopédia do cronista veneziano coloca à sua disposição a noção de unicórnio, que, por comparação, também é um quadrúpede com um chifre em cima do nariz, fazendo-o designar àqueles animais como unicórnios, ainda que possuidores de um chifre negro e desgracioso, uma língua espinhosa e a cabeça semelhante à de um javali. Em outras palavras, “com frequência, diante do fenômeno desconhecido, reagimos por aproximação, procuramos aquele recorte de conteúdo, já presente na nossa enciclopédia, que bem ou mal parece prestar contas do novo fato”.(ECO, 1998: 55).

Em um terceiro momento, verificamos se estas conjecturas são passíveis de co-ocorrência; caso contrário serão descartadas e o leitor partirá então em busca de outras marcas presentes no texto/mundo, conforme coloca Eco (1986); ou, em outras palavras, colocará sob observação detalhada o fenômeno em questão, descartando as hipóteses gerais por serem absurdas e estabelecendo uma nova gama de hipóteses, específicas e mais verossímeis. Mesmo em um “fenômeno” completamente desconhecido como a observação bizarra de um rinoceronte por Marco Polo, existirá certo “limite” interpretativo. Apesar de não ser grácil, ambos os animais possuem quatro patas, por exemplo. “Marco Polo parece tomar uma decisão: em vez de segmentar novamente o conteúdo, acrescentando um novo animal ao universo dos seres vivos, corrige a descrição vigente dos unicórnios que, se existem, são por certo como ele os viu e não como a lenda conta” (ECO, 1998: 55). Neste ponto, Marco Polo, por exemplo, teve de corrigir sua inferência inicial, admitindo que aquele unicórnio não era branco, mas negro.

Deste modo, o processo perceptivo para a compreensão de um fenômeno desconhecido apresenta-se para Peirce (1998) como uma inferência, mais ou menos abastecida em uma determinada enciclopédia (ECO, 1986), ou, no dizer de Peirce (1998), “não temos nenhum poder, nem de introspecção nem de intuição, mas cada conhecimento deriva por raciocínio hipotético do conhecimento de fatos externos e dos conhecimentos precedentes” (ECO, 1998: 56). Em outras palavras, descreveríamos o desconhecido através do conhecido, de nossos referenciais próprios, inclusive, atribuindo-lhe significados que já teríamos atribuído anteriormente para fenômenos similares.

Em uma quarta etapa, o leitor parte para as primeiras conclusões parciais, como estratégia de redução do universo a ser analisado. Uma hipótese, por exemplo, só poderá

ser confirmada em relação às demais. Ou seja, somente as melhores hipóteses serão selecionadas, as mais verossímeis, as mais fáceis e práticas de serem confirmadas em termos lógicos. Eco (1991) nos diz, parafraseando Peirce em uma passagem de *O signo de três*, que “a melhor hipótese é aquela mais simples e mais natural, a mais fácil e a menos dispendiosa de ser checada e que, além do mais, contribui para uma compreensão do espectro mais amplo de fatos possíveis” (ECO, 1991: 28).

Em um quinto passo, a partir dos dados que restaram, uma vez que as conjecturas inadequadas foram descartadas, o leitor infere novamente, desta vez, guiado por certas “evidências” ou “confirmações”. Cada nova observação deverá ser experimentada para ver se está de acordo com as novas evidências levantadas. Trata-se aqui de uma redução no universo interpretativo apresentado, uma vez que cada uma dessas novas possibilidades inferenciais surgidas será testada sistematicamente, resultando em um número bem menor de opções interpretativas das quais uma delas poderá ser a “correta”. “Peirce afirmava que uma hipótese deve sempre ser considerada como uma pergunta e, embora todo o conhecimento novo surja de conjecturas, elas são inúteis sem o teste de averiguação” (ECO, 1991: 29). Deste momento em diante, temos em mãos a hipótese ou eixo de hipóteses a serem seguidas, uma vez que já foram confirmadas em relação às precedentes.

Entendendo que só se conhece um determinado fenômeno e que somente se pode interpretar um determinado texto a partir de certas inferências, ou abduções, em um último estágio do processo abduativo, o leitor estabelece a “prova final”, confirmando se suas suspeitas iniciais estavam corretas ou não. No exemplo trazido por Eco (1998), Marco Polo teve de refazer suas suposições várias vezes, até o estabelecimento de que aquele rinoceronte, de fato, não era um unicórnio. Tais instâncias interpretativas representam um possível caminho metodológico para se chegar a um dado resultado que, transposto e aplicado à interpretação dos diferentes produtos midiáticos, pode servir de prolegômenos para a construção de um “esquema” sistematizado e comparativo de análise a partir de referenciais abduativos.

Entendido desse modo, um processo de aquisição de conhecimento, como o que se dá no exemplo de Marco Polo e os “unicórnios/rinocerontes” da ilha de Java, pode ser comparado ou estar interligado a um *processo interpretativo*, construído de inferências abduativas que terminam por estabelecer/constituir uma determinada *tessitura* interpretativa,

continuamente abastecida por uma competência enciclopédica de um leitor-modelo. Estabelecido nos moldes de Umberto Eco (1986), este leitor/investigador/detetive, altamente capacitado nas artes da interpretação, é capaz de relacionar entre si a intenção do autor (*intentio auctoris*), a intenção do texto (*intentio operis*) e a intenção do leitor (*intentio lectoris*) e ainda elaborar inferências extremamente criativas que complementarão e atualizarão, de maneira adequada, na melhor das hipóteses, um determinado texto.

Por tais razões, e, é claro, de um outro ponto de vista, quando Barthes (2004) fala da dificuldade (ou coragem) de *não dar o sentido*; ou de pelo menos não dar *um* sentido, refere-se, justamente, ao fato de que o sentido se dá, dito pelas palavras de Eco (1991), através de um constante jogo de abduções. O estabelecimento deste “destino” interpretativo como em *Incidentes*, é passageiro, e estará sujeito às imprevisibilidades, às (re)significações, aos deslocamentos. A cada nova atualização, a cada nova leitura de um produto da mídia, por exemplo, um novo *incidente* se refaz. Dito de outro modo, o jogo dos sentidos, as *virtualidades* de que fala Eco (1986), representa, na verdade, um conjunto de possibilidades interpretativas, sempre à espera de novas revelações.

Referências Bibliográficas

- BARTHES, Roland. **Incidentes**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ECO, Umberto. **Interpretação e superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. **Kant e o ornitorrinco**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- _____. **Lector in fabula**. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- _____. **Obra aberta**. São Paulo: Perspectiva, 1968.
- _____. **O conceito de texto**. São Paulo: EDUSP, 1984.
- _____. ; SEBEOK, Thomas A. **O signo de três**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- _____. **Os limites da interpretação**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- _____. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- _____. **Semiótica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. **Sobre os espelhos e outros ensaios**. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1989.
- _____. **Tratado geral de semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

FIDALGO, Antônio. **Semiótica: a lógica da comunicação**. Covilhã: Universidade da Beira Interior: 1998.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2003.